



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 676600 - GO (2021/0199619-6)

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : PAULA ALEXANDRINA VALE DE MEDEIROS E OUTROS  
**ADVOGADOS** : PAULA ALEXANDRINA VALE DE MEDEIROS - GO017340  
RAFAEL VITOR PETROLINI - GO045359  
PAOLA VALE DE MEDEIROS BARROCO - GO055493  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : ITHALO HIGOR INACIO BARBOSA (PRESO)  
**CORRÉU** : LAWRENCE DAHER AMORIM  
**CORRÉU** : RONAN MARCELINO SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DESPACHO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ITHALO HIGOR INACIO BARBOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5250590-51).

O paciente foi preso preventivamente e, posteriormente, denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, inciso II, e 158, § 1º, ambos do Código Penal, em concurso material.

O *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de origem teve a ordem denegada.

O impetrante sustenta que, passados quase 30 (trinta) dias do julgamento do *writ*, o acórdão ainda não teria sido publicado, o que configuraria flagrante afronta ao preceito constitucional da duração razoável do processo e da garantia da publicidade.

Alega, ainda, que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal consubstanciado na inidoneidade dos fundamentos do decreto preventivo, que não teriam indicado concretamente a presença de nenhum dos requisitos elencados no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as condições subjetivas favoráveis do segregado.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, mediante a imposição de cautelares diversas da prisão.

Solicitada previamente a juntada do acórdão referente ao HC n. 5250590-

51.2021.8.09.000, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ficou-se inerte.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Considerando as peculiaridades do caso concreto, antes de apreciar o pedido de liminar, solicite-se novamente ao Tribunal de origem que, com urgência e via telegrama, proceda à juntada do **acórdão referente ao HC n. 5250590-51.2021.8.09.0000**, bem como senha de acesso aos autos, se for o caso. Prazo de 5 dias, devendo constar do ofício que a inércia reiterada ensejará a tomada de providências administrativas.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente